



RELATÓRIO
CONTAS
CONSOLIDADAS



2017



5	Introdução
9	Perímetro de Consolidação
13	Método de Consolidação
17	Balanço Consolidado
21	Demonstração de Resultados
25	Posição Económico Financeira
27	Análise ao Balanço
30	Análise à Demonstração de Resultados
33	Dívida do Grupo Municipal
34	Indicadores de Natureza Patrimonial
37	Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado
41	Anexo às Demonstrações Financeiras
59	Encerramento



Introdução

Num contexto de descentralização de competências atribuídas aos municípios, e por via de um maior rigor e controlo das contas do setor público, com particular enfoque no poder local, torna-se limitativo a apresentação das contas numa perspetiva individual, condicionando, por essa via, a análise da verdadeira situação financeira do Município de Oeiras.

Neste âmbito, é fundamental realizar uma análise mais abrangente, observando forçosamente as entidades nas quais o Município participa, apontando à transparência e rigor da informação ao nível do relato financeiro consolidado, dado que se pretende apresentar as contas de um grupo de entidades como se de uma única entidade se tratasse, sendo para o efeito, realizadas as demonstrações financeiras apropriadas, evidenciando uma perspetiva global da situação financeira e dos resultados do grupo de entidades que integram o perímetro de consolidação, viabilizando uma análise das políticas públicas locais.

A Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais, determinou a obrigatoriedade de apresentação de contas consolidadas por parte dos municípios que detenham serviços municipalizados e/ou a totalidade do capital em entidades do setor empresarial local. Porém, com a aprovação do novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, mais propriamente estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2014, veio introduzir algumas alterações ao nível da consolidação de contas, nomeadamente quanto à sua abrangência.

Por força de ausência de procedimentos contabilísticos no âmbito da consolidação de contas, mais especificamente na elaboração das demonstrações financeiras, o Município de Oeiras, recorreu às normas estabelecidas pela Portaria n.º 474/2010, através das quais foi aprovada a Orientação n.º 1/2010, complementada pelo conjunto de instruções publicadas pelo grupo SATAPOCAL, e que permitiram a prestação de contas de forma coerente, harmoniosa e comparável.

Salienta-se que as demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas, em conformidade com o disposto no art.º 75º da RFALEI, pela Câmara Municipal e alinhado com o instituído no nº 2 do art.º 76º, submetidas à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte aquele a que respeitam.

Perímetro de Consolidação

Perímetro de Consolidação

Prevê o artigo 75.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o carácter obrigatório quanto à apresentação de contas consolidadas com as entidades detidas e participadas por parte dos Municípios.

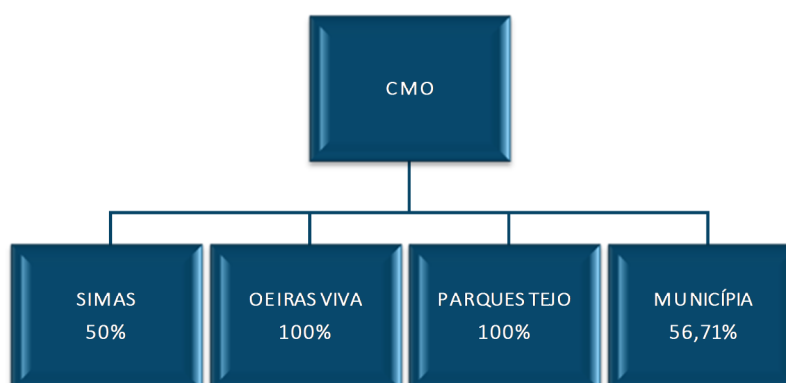
Neste contexto, o grupo autárquico constituído pelo Município de Oeiras e pelas entidades por ele controladas, direta ou indiretamente (sendo considerado para efeitos de controlo, o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais de outras entidades) carece da adoção de procedimentos inerentes ao processo de reporte de contas consolidadas.

Dessa forma, importa definir o Perímetro de Consolidação, definindo as entidades que reúnem as condições legalmente previstas para integrar o grupo de consolidação de contas. Para o exercício de 2017, as entidades que compõem o Perímetro de Consolidação, são as que se apresentam em seguida:

- **A Município, Sociedade Anónima**, criada em 1999 e tem como missão contribuir para o prestígio e afirmação dos municípios no mercado nacional e no mercado PALOP, nas áreas da Geo-Informação e Tecnologia, assumindo-se como a interface empresarial, dos municípios para os municípios, nas áreas da produção de Cartografia, Cadastro, Sistemas de informação Geográfica, Internet (Municípios Digitais e e-Government), Formação, Consultoria, Fotografia Aérea, LiDAR e na elaboração de Edição de Publicações na área da sua atividade, sendo a participação do Município de Oeiras de 56,71%;
- **A Oeiras Viva, EEM**, foi constituída em 2001 sendo detida a 100% pelo Município de Oeiras. O seu objeto Social é a gestão de espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer que integram ou venham a integrar o património da CMO ou aqueles que a qualquer título estejam confiados ao município para desenvolvimento daquelas atividades, bem como promover as ações necessárias à manutenção, reabilitação ou reequipamento desses espaços, bem como a prestação de serviços de apoio às atuações municipais ou de outras entidades públicas ou privadas, no domínio da promoção de atividades socioculturais e desportivas;
- **A Parques Tejo, EEM**, iniciou a sua atividade em 1999, tendo como objetivo dotar o Concelho de Oeiras com zonas de estacionamento de duração limitada e parques de estacionamento, munidos de equipamentos com uma qualidade de excelência e geridos de acordo com as melhores práticas e com uma criteriosa aplicação dos recursos disponíveis. É participada a 100% pelo Município de Oeiras;

- **Os Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora, EIM, (SIMAS)** controlado equitativamente pelos Municípios de Oeiras e Amadora, viu ocorrer a sua reconfiguração estatutária em 2013, por força da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, visa garantir o abastecimento público de água e a prestação de serviços de saneamento básico às populações residentes nos Concelhos de Oeiras e Amadora, de acordo com elevados padrões de qualidade nos serviços disponibilizados e na relação com a comunidade intermunicipal.

Perímetro de consolidação



Como é visível, nem todas as entidades participadas pelo Município de Oeiras, e que consequentemente constituem o Grupo Autárquico, integram o Perímetro de Consolidação de Contas, por força do estipulado no artigo 8.º do Decreto-lei n.º 158/2009, que exclui as entidades que não sejam materialmente relevantes, ou seja, que a sua dimensão não tenha impacto nas contas da entidade consolidante.

Ao longo dos últimos anos, o perímetro de consolidação tem vindo a diminuir por via da extinção de algumas das entidades em que o Município de Oeiras detinha participação financeira.

Método de Consolidação

Método de Consolidação

Mediante a percentagem de participação que a entidade consolidante detém sobre as participadas, é definido o método de consolidação de contas a adotar¹, para melhor refletir a imagem financeira do grupo.

Atendendo às percentagens de controlo que o Município de Oeiras detém nas entidades que integram o Perímetro de Consolidação, é utilizado o Método Proporcional na consolidação com o SIMAS, e o Método Integral com as restantes entidades.

- **O Método Proporcional** é utilizado nos empreendimentos conjuntos, ou seja, nos casos em que o controlo é efetuado conjuntamente com outra(s) entidade(s), situação que se verifica no SIMAS, em que o controlo é partilhado igualmente entre os Municípios de Oeiras e Amadora. A aplicação deste método consiste na soma algébrica de todas as rúbricas do ativo e passivo do Balanço, de gastos e rendimentos da Demonstração de Resultados, apenas na percentagem correspondente à participação detida, eliminando assim a existência de interesses minoritários², uma vez que apenas considera a percentagem detida. Paralelamente são eliminadas as operações recíprocas, ou seja, intragrupo, apenas na proporção detida.
- **O Método Integral** é aplicado nos casos em que a entidade-mãe detém uma percentagem de controlo sobre as entidades participadas superior a 50%. Pela aplicação deste método, é efetuada a integração no Balanço e na Demonstração de Resultados da empresa consolidante, os diferentes elementos constantes nessas demonstrações financeiras das empresas consolidadas. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja operações entre as entidades que compõem o Perímetro de Consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores. São atribuídos posteriormente a esta fase os interesses minoritários, correspondente à parte que a entidade consolidante não controla das participadas.

O Processo de consolidação de contas, pretende apresentar as contas de um grupo de entidades, através das demonstrações financeiras, como se de uma única entidade se tratasse, refletindo a sua posição financeira, bem como a sua situação económica.

¹ Existem 3 métodos de consolidação de contas de possível utilização, mediante a dimensão da participação: Método Integral; Método Proporcional e Método de Equivalência Patrimonial.

² Interesses Minoritários – A Diretriz Contabilística n.º 1/91 – define no ponto 3.2.8 os interesses minoritários como sendo a parte dos resultados e dos capitais próprios de uma subsidiária que não sejam detidos, direta ou indiretamente através de subsidiárias, pela empresa-mãe.

Balanço Consolidado

Balanço Consolidado

BALANÇO					
(Unidade: Euro)					
Código das contas POCAL	Ativo	2017			2016
		AB	AP	AL	
	Imobilizado:				
	Bens e recursos naturais				
451	Terrenos e recursos naturais	5.410.039	-	5.410.039	5.245.044
452	Edifícios	4.779.518	935.293	3.844.225	3.923.474
453	Outras construções e infra-estruturas	64.063.321	24.645.919	39.417.402	42.445.176
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	4.710.201	115.791	4.594.410	4.575.345
459	Outros bens de domínio público	5.255.676	17.698	5.237.977	5.239.157
445	Imobilização em curso	23.149.630	-	23.149.630	21.643.209
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	-	-	-	-
		107.368.384	25.714.701	81.653.683	83.071.405
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	1.501.622	1.497.926	3.696	20.526
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.397.591	1.377.853	19.738	32.160
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.907.469	1.511.197	396.273	460.491
443	Imobilizações em curso	-	-	-	-
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	-	-	-	-
		4.806.683	4.386.976	419.707	513.176
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	121.848.134	-	121.848.134	120.779.883
422	Edifícios e outras construções	415.875.725	98.564.762	317.310.963	315.971.592
423	Equipamento Básico	25.605.053	20.046.916	5.558.138	5.662.233
424	Equipamento de transporte	9.384.766	6.590.591	2.794.175	2.410.725
425	Ferramentas e utensílios	1.094.913	925.466	169.447	118.008
426	Equipamento administrativo	21.385.190	18.623.464	2.761.726	2.566.363
427	Taras e vasilhame	204.034	204.034	-	-
429	Outras imobilizações corpóreas	12.302.341	9.184.919	3.117.422	3.030.397
442	Imobilizações em curso	17.453.581	-	17.453.581	23.806.026
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	26.011	-	26.011	22.611
		625.179.748	154.140.153	471.039.595	474.367.837
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	13.608.639	52.250	13.556.389	11.116.891
412	Obrigações e títulos de participação	5.430.542	-	5.430.542	5.430.542
414	Investimentos em imóveis	-	-	-	-
415	Outras aplicações financeiras	5.224	-	5.224	4.364
441	Imobilizações em curso	-	-	-	-
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	-
		19.044.406	52.250	18.992.156	16.551.797
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-	-	2.748.527
35	Produtos e trabalhos em curso	2.648.018	102.606	2.545.412	-
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
33	Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
32	Mercadorias	7.620	-	7.620	76.799
37	Adiantamentos por conta de compras	112.649	-	112.649	-
		2.768.287	102.606	2.665.681	2.825.326
28	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo				
	Empréstimos concedidos				
28	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
	Empréstimos concedidos	556.344	556.344	-	-
211	Clientes, c/c	1.851.383	445.536	1.405.847	2.031.943
212	Contribuintes, c/c	261.590	-	261.590	363.435
213	Utentes, c/c	2.802.768	-	2.802.768	2.503.938
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	15.541.810	11.414.669	4.127.141	2.189.934
251	Devedores pela execução do orçamento	-	-	-	-
224	Cauções a fornecedores	312	-	312	312
229	Adiantamentos a fornecedores	15.067	-	15.067	16.202
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-
24	Estado e outros entes públicos	279.115	-	279.115	183.502
264	Administração autárquica	90.332	-	90.332	100.295
262+263+267+268	Outros devedores	1.439.090	133.602	1.305.488	577.530
		22.837.812	12.550.151	10.287.661	7.967.090
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	-	-	-	-
152	Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-
153	Títulos de dívida pública	-	-	-	-
159	Outros títulos	-	-	-	-
18	Outras aplicações de tesouraria	-	-	-	-
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	103.150.775	-	103.150.775	68.135.845
11	Caixa	56.671	-	56.671	48.734
		103.207.446		103.207.446	68.184.579
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proventos	7.725.643	-	7.725.643	11.355.074
272	Custos diferidos	334.298	-	334.298	330.587
		8.059.942		8.059.942	11.685.661
	Total de amortizações		184.241.830		
	Total de provisões		12.705.007		
	Total do ativo	893.272.707		696.325.870	665.166.871

BALANÇO			
			(Unidade: Euro)
Código das contas POCAL		2017	2016
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Fundos próprios:			
51	Património	346.415.397	346.383.917
52	Ações próprias	- 265	- 255
53	Outros Inst. de CP	-	-
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-	-
56	Reservas de reavaliação	-	-
571	Reservas legais	21.428.275	20.067.451
572	Reservas estatutárias	2.173.698	1.903.311
573	Reservas contratuais	-	-
574	Reservas livres	30.897.720	31.505.256
575	Subsídios	-	-
576	Doações	3.784.422	3.211.820
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos	-	-
578	Reservas decorrentes de cedência apropriação at.	60.055.655	60.055.655
59	Resultados transitados	119.788.370	96.456.008
88	Resultado líquido do exercício	44.794.626	22.901.822
	Interesses Minoritários	1.444.524	1.440.234
		630.782.423	583.925.219
Passivo			
292	Provisões para riscos e encargos	3.289.775	12.942.470
		3.289.775	12.942.470
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			
2312	Empréstimos de m/l prazo	13.505.146	16.010.217
221	Fornecedores, c/c	-	-
2611	Fornecedores de imobilizado	4.414.167	8.828.334
262+263+267+268	Outros credores	3.198.921	4.846.261
		21.118.235	29.684.811
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
2312	Empréstimos de curto prazo	2.504.110	3.000.441
269	Adiantamentos por conta de vendas	-	-
221	Fornecedores, c/c	3.476.959	1.987.090
223	Fornecedores, c/c - depósitos de garantias	24.010	12.033
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	565.176	1.656.241
217	Clientes com cauções, adiantamentos de clientes,	261.431	233.956
219	Adiantamento de clientes, utentes e contribuintes	769.608	763.883
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c e leasing	5.889.171	6.447.081
26113	Fornecedores de imobilizado, c/ depósito de garantia	505.293	490.357
24	Estado e outros entes públicos	253.643	1.513.282
264	Administração autárquica	3.002.914	2.791.958
262+263+267+268	Outros credores	5.391.863	4.055.575
2618	Fat em recepção e conferência - Imob	76.765	92.829
2614	Credores de factoring	7.478	484.187
		22.728.422	23.528.913
Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos	8.700.836	10.832.545
274	Proveitos diferidos	9.706.179	4.252.913
		18.407.015	15.085.458
Total do passivo		65.543.447	81.241.653
Total dos fundos próprios interesses minoritários e do passivo		696.325.870	665.166.871

Orgão executivo

Em ... de de

.....

Orgão deliberativo

Em ... de de

.....

Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
(Unidade: Euro)			
Código das contas POCAL		2017	2016
Custos e perdas			
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
612	Mercadorias	7.834.620	7.752.761
616	Matérias	790.883	224.210
62	Fornecimentos e serviços externos:		
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	39.885.349	38.261.334
643 a 648	Encargos sociais	10.932.550	10.085.387
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais:	11.474.359	10.091.647
66	Amortizações do exercício:	12.100.613	11.778.609
67	Provisões do exercício:	1.214.321	12.337.370
65	Outros custos e perdas operacionais:	456.712	417.939
	(A)	136.412.334	138.470.257
68	Custos e perdas financeiros	1.176.819	1.771.038
	(C)	137.589.153	140.241.295
69	Custos e perdas extraordinários	5.383.975	7.466.635
	(E)	142.973.128	147.707.930
88	Resultado líquido do exercício	44.798.921	22.905.214
Proveitos e ganhos			
Vendas e prestações de serviços:			
7111	Vendas de mercadorias	179.708	171.614
7112+7113	Vendas de produtos	8.547.759	8.435.513
712	Prestações de serviços	36.385.641	35.808.813
713+716	Rendas de habitação social	5.013.294	5.510.699
72	Impostos e taxas	91.137.113	77.515.708
	Variação da produção		
75	Trabalhos para a própria entidade	183.717	53.432
73	Proveitos suplementares	379.594	359.741
74	Transferências e subsídios obtidos	30.235.411	28.743.414
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	36.187	125.730
	(B)	172.098.424	156.724.665
78	Proveitos e ganhos financeiros	2.035.484	1.503.961
	(D)	174.133.907	158.228.626
79	Proveitos e ganhos extraordinários	13.638.142	12.384.519
	(F)	187.772.049	170.613.145

Resumo:	2017	2016
Resultados operacionais: (B) - (A)	35.686.090	18.254.407
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A)	858.664	267.077
Resultados correntes: (D) - (C)	36.544.754	17.987.331
Resultado líquido do exercício: (F) - (E)	44.798.921	22.905.214
Resultado atribuível ao Município	44.794.626	22.889.912
Resultado atribuível a Interesses minoritários	4.294	15.302

Orgão executivo

Em ... de de

.....

Orgão deliberativo

Em ... de de

.....



Posição
Económico-Financeira

Análise Patrimonial

Análise ao Balanço

O Balanço Consolidado reflete a posição financeira e patrimonial do conjunto de entidades que formam o grupo de consolidação do Município de Oeiras. Porém, deve realçar-se o facto de que esta demonstração financeira relata informação à data de 31 de dezembro de 2017, em oposição à Demonstração de Resultados e ao Mapa dos Fluxos de Caixa que demonstram os movimentos ocorridos ao longo do período económico, mais concretamente entre 1 de janeiro e 31 de dezembro.

Atendendo às participações financeiras que detém o Município de Oeiras, controla não só as suas políticas de gestão, mas inclusive as políticas financeiras das entidades participadas, pelo que as contas destas devem fazer-se refletir nas contas do Município, se forem materialmente relevantes.

O balanço presta informação sobre os ativos do grupo, representando os bens e os direitos³ que possuem, e identifica a origem dos fundos utilizados ou investidos nesses ativos, mais especificamente se estes provêm da própria entidade ou se são considerados capitais alheios⁴.

O grupo que integra a consolidação do Município de Oeiras apresenta a seguinte evolução no que concerne à posição financeira.

BALANÇO	2017	2016	Varição
Total do Ativo	696.325.870	665.166.871	4,7%
Imobilizado	572.105.141	574.504.215	-0,4%
Bens e recursos naturais	81.653.683	83.071.405	-1,7%
Imobilizações incorpóreas	419.707	513.176	-18,2%
Imobilizações corpóreas	471.039.595	474.367.837	-0,7%
Investimentos financeiros	18.992.156	16.551.797	14,7%
Circulante	124.220.729	90.662.656	37,0%
Existências	2.665.681	2.825.326	-5,7%
Dívidas de terceiros - Curto Prazo	10.287.661	7.967.090	29,1%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	103.207.446	68.184.579	51,4%
Acréscimos e diferimentos	8.059.942	11.685.661	-31,0%
Fundos Próprios e Passivo	696.325.870	665.166.871	4,7%
Fundos Próprios	630.782.423	583.925.219	8,0%
Passivo	65.543.447	81.241.653	-19,3%
Provisões para riscos e encargos	3.289.775	12.942.470	-74,6%
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	21.118.235	29.684.811	-28,9%
Dívidas a terceiros - Curto Prazo	22.728.422	23.528.913	-3,4%
Acréscimos e diferimentos	18.407.015	15.085.458	22,0%

³ Os ativos encontram-se divididos por imobilizado e circulante, consoante o tempo que se espera que o ativo seja detido pelas entidades.

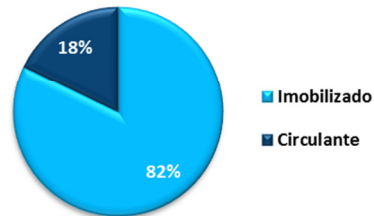
⁴ À semelhança dos ativos, o passivo, ou capitais alheios também estão divididos por maturidades, ou seja, passivo de médio e longo prazos, que se espera que a sua exigibilidade ultrapasse um exercício económico, e de curto prazo, em que a sua exigibilidade ocorrerá no mesmo período económico.

O ativo do grupo de consolidação apresenta um crescimento superior ao do período homólogo, assente no crescimento do ativo circulante devido ao forte aumento dos depósitos em instituições bancárias do Município de Oeiras, muito impulsionado pelo resultado líquido verificado.

Como expectável é o imobilizado que detém um peso maior na constituição do ativo. No entanto, há que considerar que o MO atinge um valor fora do normal com depósitos em instituições bancárias, que

por via desse facto o ativo circulante é fortemente impulsionado, tanto a nível individual, como no grupo de consolidado.

Composição do Ativo



Depósitos Bancários

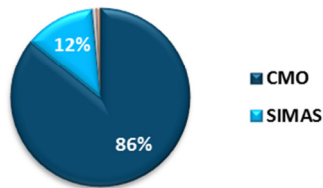
103 M€

A componente do imobilizado apresenta uma descida sem relevância assente na diminuição de todas as rubricas que o compõem exceto as participações financeiras, que são na sua totalidade responsabilidade do MO. Este aumento deve-se ao disposto no Decreto-Lei n.º 34/2017 que procede à criação do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, e por conseguinte à constituição da sociedade Águas do Tejo Atlântico. Neste particular, a participação detida pelo Município de Oeiras nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo foi convertida na participação da nova entidade constituída, ao valor nominal, acrescida da remuneração acionista a que, no âmbito do sistema multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto – Lei n.º 142/95, de 14 de junho, alterado pela Lei n.º 92 -A/95, de 28 de dezembro, que foi extinto pelo Decreto – Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a mesma teria tido direito caso não tivesse sido extinta, desde a data da extinção até 31 de dezembro de 2016, calculada nos termos previstos no n.º 7 do artigo 15.º do Decreto -Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, com recurso à aplicação de uma taxa igual à da previsão da taxa das obrigações do tesouro portuguesas a 10 anos, comunicada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) à sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., para a estimativa de fecho do ano de 2016.

Para este efeito, a participação inicial detida pelo município de Oeiras na SANEST no valor de 1.347.500 €, convertida ao valor nominal na participação nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo em 2016, convertida em 2017 ao valor nominal na participação nas Águas do Tejo Atlântico foi acrescida do valor de 2.589.498 € por via da remuneração acionista calculada nos termos supra referidos.

O contributo que cada entidade dá para a constituição do ativo espelha-se no gráfico seguinte:

Ativo Consolidado



O MO detém 86% do total do ativo do grupo e, somado com os SIMAS constituem 98%, retirando dessa forma qualquer expressividade ao contributo que as outras entidades inferem no ativo consolidado.

A componente dos fundos próprios apresenta um crescimento acentuado, por via do resultado líquido do Município de Oeiras.

No que diz respeito ao passivo verifica-se uma diminuição significativa pela redução das provisões para riscos e encargos, uma vez que o MO procedeu à diminuição da provisão constituída anteriormente, para acautelar o processo judicial com a entidade Oeiras Expo, porquanto foi apurada a diferença entre o montante a pagar a título indemnizatório e os ativos reconhecidos no balanço da entidade que serão integrados no património do MO.

Paralelamente regista-se na rubrica de Dívida a terceiros de médio e longo prazo uma diminuição bastante assinalável, por via da diminuição da dívida de empréstimo do MO.

Neste capítulo, a estrutura do passivo revela-se bastante diferente da do exercício anterior, na medida em que as provisões para riscos e

encargos diminuem substancialmente, levando a que as dívidas de terceiros de curto prazo apresentem um peso bastante superior, relativamente a 2016.

Dos empréstimos de medio e longo prazo, bem como dos fornecedores de imobilizado, resultam a diminuição do passivo de médio e longo prazo em cerca de 8,5 milhões de euros.

Empréstimos

Bancários

- 3 M€

Estrutura do Passivo



Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados permite aferir o desempenho económico que a entidade, neste caso o grupo consolidado, obteve no ano de 2017, que permite avaliar a estrutura de gastos e de proveitos, evidenciando a dimensão da sua diferença.

Atendendo aos resultados obtidos, em 2017, os custos totais incorridos do grupo consolidado foram cobertos na sua totalidade pelos seus proveitos, apresentando ainda um excedente aproximado de 44,8 milhões de euros.

Os resultados operacionais registam um excedente de mais de 35,7 milhões de euros e os Resultados Correntes apresentam o valor aproximado de 36,5 milhões de euros.

O crescimento de quase 100% no resultado líquido deve-se ao forte crescimento deste resultado no MO consubstanciado, por um lado na grande diminuição das provisões do exercício já anteriormente explicado e, por outro, no crescimento das receitas obtidas por via dos impostos e taxas. Neste capítulo, salienta-se o crescimento das receitas provenientes da cobrança de IMT.

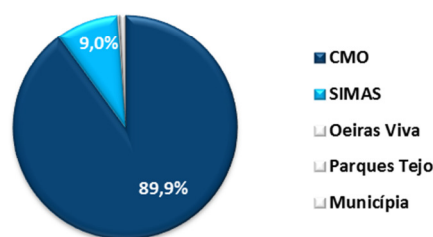


DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2016	2017	Varição
Resultado Líquido	22.905.214	44.798.921	96%
Custos e Perdas	147.707.930	142.973.128	-3%
<i>CMVMC</i>	55.497.971	60.348.431	9%
<i>Custos com pessoal</i>	48.346.721	50.817.899	5%
<i>Transferências e prestações sociais</i>	10.091.647	11.474.359	14%
<i>Amortizações do exercício</i>	11.778.609	12.100.613	3%
<i>Provisões do exercício</i>	12.337.370	1.214.321	-90%
<i>Outros Custos operacionais</i>	417.939	456.712	9%
<i>Custos e perdas financeiros</i>	1.771.038	1.176.819	-34%
<i>Custos e perdas extraordinários</i>	7.466.635	5.383.975	-28%
Proveitos e Ganhos	170.613.145	187.772.049	10%
<i>Vendas e prestações de serviços</i>	49.926.639	50.126.402	0%
<i>Impostos e taxas</i>	77.515.708	91.137.113	18%
<i>Trabalhos para a própria entidade</i>	53.432	183.717	244%
<i>Proveitos Suplementares</i>	359.741	379.594	6%
<i>Transferências e subsídios obtidos</i>	28.743.414	30.235.411	5%
<i>Outros proveitos operacionais</i>	125.730	36.187	-71%
<i>Proveitos e ganhos financeiros</i>	1.503.961	2.035.484	35%
<i>Proveitos e ganhos extraordinários</i>	12.384.519	13.638.142	10%
Resultados Operacionais	18.254.407	35.686.090	95%
Resultados Financeiros	-267.077	858.664	-422%
Resultados Correntes	17.987.331	36.544.754	103%

No cômputo geral os custos e perdas diminuíram cerca de 5 milhões de euros, e os proveitos e ganhos apresentam um aumento superior a 17 milhões de euros.

A composição do resultado líquido, no que concerne ao contributo das entidades, apresenta uma estrutura diferente face a 2016.

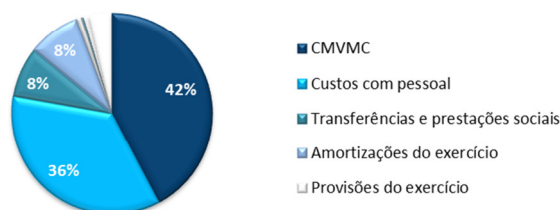
Composição Resultado Líquido



Este fenómeno é suportado pelo grande aumento do resultado líquido do MO, que revela um peso de quase 90% do total deste resultado, quando em 2016 apresentava um peso de 76%. De referir ainda, que em sede de ajustamentos próprios do processo de consolidação de contas, tiveram que ser eliminados 3 milhões de euros do resultado líquido do MO uma vez que correspondiam a dividendos distribuídos pelos SIMAS.

Como referido anteriormente, a estrutura de custos apresenta uma diminuição face ao ano anterior. Neste contexto, importa salientar que esta situação se deve à diminuição das Provisões do exercício por via do processo já identificado.

Estrutura de Custos e Perdas



No geral os restantes custos apresentam um aumento face ao exercício

anterior, com mais relevo os Custos das Matérias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) que cresceram quase 5 milhões de euros. Os custos financeiros e extraordinários, à semelhança das provisões, são a exceção desta componente, uma vez que apresentam diminuições. No caso dos custos financeiros, têm uma relação direta com a diminuição do valor em dívida relacionada com empréstimos bancários.

O peso de cada rubrica de custos altera-se face a 2016, uma vez que desaparece deste contexto, a expressão do valor das provisões, que é distribuído sobretudo pelas componentes de maior peso. Os aumentos de relevância na estrutura de custos são os de CMVMC e os custos com pessoal, que neste último caso cresceram cerca de 2,5 milhões de euros.

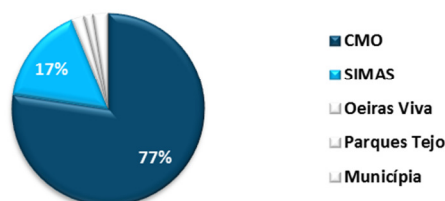
Relativamente aos CMVMC é de referir que todas as entidades do perímetro de consolidação apresentam um aumento desta rubrica. Quanto aos custos com pessoal ocorre um aumento no MO, que causa mais impacto, nos SIMAS e na Município.

Custos e Perdas
- 4,7 M€

Proveitos e Ganhos
+ 17,1 M€

O impacto que as entidades imputam na estrutura de custos está refletido no gráfico infra.

Influência nos Custos e Perdas



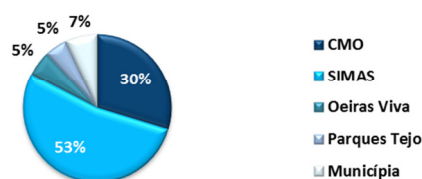
De acordo com o gráfico, o MO tem um peso nos custos do grupo de consolidação de cerca de 77% e o SIMAS com 17%. Comparativamente ao ano anterior, o MO apresenta uma diminuição deste indicador de cerca de 3% contrariamente aos SIMAS que cresce 2%.

Relativamente à componente de Proveitos e Ganhos, as rúbricas que compõem esta componente apresentam um aumento, com exceção dos Outros proveitos operacionais, que não tem qualquer relevância no global. Com maior destaque, apresentam-se a cobrança de impostos e taxas, receita exclusiva do MO, de onde se releva o IMT e a Derrama, que registam incrementos de 14,5 e 2,7 milhões de euros respetivamente.

No que concerne às Vendas e prestações de serviços, a contribuição das entidades para esta rúbrica está vertida no gráfico seguinte.

No global esta rúbrica pouco aumentou face ao ano transato. No entanto, o MO, o SIMAS e a Oeiras Viva apresentam quebra de proveitos nesta rúbrica.

Vendas e Prestações de Serviços



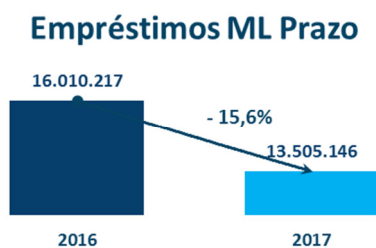
As entidades Parques Tejo, apesar de ligeiro, e a Municípia, com quase 1,1 milhões de euros, apresentam um crescimento face ao período homólogo.

Dívida do Grupo Municipal

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, veio estabelecer o regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, com o intuito, entre outras coisas, de preencher uma lacuna existente no que diz respeito ao controlo do endividamento das entidades da Administração Pública, concretamente das autarquias locais. Neste contexto, o artigo 52.º deste diploma legal, impõe o limite da dívida total com operações orçamentais dos municípios, incluindo as contraídas pelas entidades do Setor Empresarial Local, sendo estabelecido que a dívida não poderá ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios, estando contemplado na legislação as penalizações a imputar às entidades que não o cumpram.

Porém, e não obstante existirem regras mais criteriosas e restritivas na obtenção de financiamento, esta ferramenta de gestão torna-se, em muitos casos, indispensável à prossecução dos objetivos das entidades.

Alinhado com a tendência decrescente dos últimos anos, os empréstimos de médio e longo prazo apresentam uma diminuição de 15,6% face a 2016, representando em termos absolutos uma diminuição superior a 2,5 milhões de euros.



Indicadores de natureza patrimonial

Não obstante as demonstrações financeiras transmitirem bastante informação de forma direta, encontra-se subjacente um conjunto de indicadores que se revelam bastante úteis na tomada de decisão por parte do executivo.

Rácios / Indicadores	2017	2016
Estrutura do Ativo		
Ativo Fixo / Ativo Total	82,16%	86,37%
Ativo Circulante / Ativo Total	17,84%	13,63%
Estrutura do Passivo		
Passivo Longo Prazo / Passivo Exigível	32,22%	36,54%
Passivo Curto Prazo / Passivo Exigível	34,68%	28,96%
Passivo Longo Prazo / Passivo Curto Prazo	92,92%	126,16%
Rácios de Liquidez		
Liquidez Geral	546,54%	385,32%
Liquidez Reduzida	534,82%	373,32%
Prazo Segurança de Liquidez	325	232
Análise Ativo Fixo		
Ativo Fixo / Endividamento MLP	2709,06%	1935,35%
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	24,36%	23,39%
Análise Passivo Exigível		
Coefficiente de Endividamento a Curto Prazo	6,56%	6,79%
Coefficiente de Endividamento a Longo Prazo	6,10%	8,57%
Rácios de Rendibilidade		
ROE	7,10%	3,92%
ROI	6,43%	3,44%
ROA	5,12%	2,74%
Rendimento do Investimento Total	44.794.626	22.901.822
Rendimento dos Fundos Próprios	40.578.218	20.104.656
Rendimento dos Capitais Alheios	4.216.408	2.797.166
Rácio de Cobertura		
Resultado Operacional / Serviço da Dívida	8,54	3,47
Cobertura Ativo Fixo por Capitais Próprios	110,26%	101,64%
Cobertura Ativo Fixo por Capitais Permanentes	114,52%	106,81%
Índice de Solvência		
Fundos Próprios / Passivo	962,39%	718,75%
Ativo Líquido / Passivo	1062,39%	818,75%
Autonomia Financeira	90,59%	87,79%
Ativo Líquido (excluindo bens de domínio público) / Passivo	937,81%	716,50%

O peso do ativo circulante tem vindo paulatinamente a ganhar dimensão no total do ativo, por via do aumento das disponibilidades, nomeadamente dos depósitos em instituições bancárias.

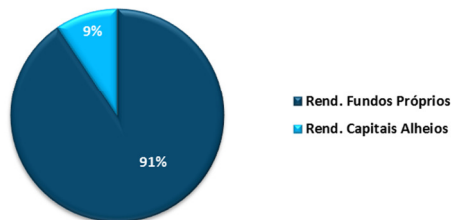
À semelhança do referido anteriormente, também o passivo de curto prazo tem vindo a ganhar peso no total do passivo, não pelo seu crescimento, inclusive tem vindo a diminuir, mas sobretudo pela maior diminuição do passivo de médio e longo prazo.

Devido ao fenómeno já retratado no que respeita ao aumento das disponibilidades, os rácios de liquidez apresentam uma melhoria bastante significativa, passando mesmo o prazo de segurança de liquidez para quase um ano, ou seja, os custos operacionais estão cobertos pelo ativo circulante expurgado das existências pelo período aproximado de 1 ano.

Os capitais permanentes cobrem na totalidade o ativo imobilizado e o excedente que apresentam, financia ainda o ativo circulante.

O resultado líquido apurado corresponde a um lucro líquido de 7,1% do capital próprio investido na atividade, representando um desempenho do grupo de consolidação bastante superior ao evidenciado no exercício de 2016. No entanto,

Rendimento do Investimento Total

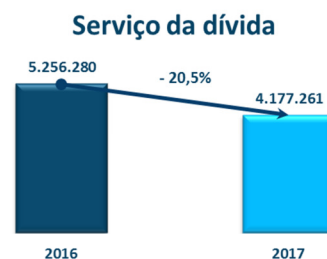


atendendo às características do grupo de consolidação, as atividades desenvolvidas têm forte componente de serviço público, pelo que a obtenção de lucro se revela somenos importante.

O incremento substancial registado no resultado operacional, em simultâneo com a diminuição do serviço da dívida, leva a uma melhoria substancial no rácio de cobertura do serviço da dívida.

Os fundos próprios representam quase 10 vezes o valor do passivo, pelo que a autonomia financeira é de quase 91%, bastante acima do valor de referência mínimo, melhorando 3% face a 2016. Isto significa, que quanto mais se aproxima este valor dos 100%, menor é a exposição ao capital alheio a que está sujeita a posição financeira do grupo de consolidação.

A exigência de amortização de capital, referente à parte de empréstimos reembolsados no período, mais os respetivos custos financeiros suportados com juros, diminuíram face ao ano transato em mais de 20%.



Com base no exposto, as ilações relativas à situação financeira do grupo consolidado são bastante robustas, apresentando indicadores económicos e financeiros bastante apreciáveis, atendendo ao paradigma nacional.

Porém, não se pode dissociar do facto, a constante redução do perímetro de consolidação que nos últimos exercícios foi ocorrendo, por via da extinção de entidades que contrariavam um pouco a realidade aqui retratada.

Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado

Mapa Consolidado dos Fluxos de Caixa

Ano: 2017
(Unidade: Euro)

		Fluxos de Caixa estatutários 2017						
Fórmula de Cálculo	CMO	SIMAS	Oeiras Viva	Parques Tejo	Município	Rec e pag Relacionados	Total	
Saldo da gerência anterior	50.145.631	14.147.701	532.473	2.821.161	537.615		68.184.580	
Recebimentos	161.465.020	36.831.641	3.769.592	2.915.215	4.646.818	4.737.441	209.628.285	
Pagamentos	124.566.841	38.637.148	3.983.065	2.888.634	4.529.732	-4.737.441	174.605.420	
Saldo para a gerência seguinte	87.043.810	12.342.193	319.000	2.847.742	654.701		103.207.446	
Fluxo Líquido do ano	36.898.179	-1.805.508	-213.472	26.581	117.086	0	35.022.865	

Anexo às Demonstrações Financeiras

Consubstanciado no art.º 75 da Lei n.º 73, de 3 de setembro, o Município de Oeiras apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício de 2017, que se reportam a 31 de dezembro.

O grupo autárquico realizou as suas demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as normas contidas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, a qual vem aprovar a Orientação n.º 1/2010, e que estabelece um conjunto de princípios que devem reger a elaboração das contas consolidadas.

As notas apresentadas neste anexo, refletem as informações financeiras relativas aos saldos e fluxos financeiros ocorridas nas entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio e longo prazo, bem como, os mapas exigidos pelo n.º 7 do citado art.º 75 da Lei n.º 73/2013, mais especificamente Balanço, Demonstração de Resultados e Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados, omitindo-se todos os pontos que não se aplicam ao grupo autárquico, ou se cinjam a factos ou situações que não sejam materialmente relevantes.

Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação

As entidades que compõem o grupo autárquico para efeitos de reporte de contas consolidadas referente ao exercício de 2017, dando dessa forma cumprimento ao estipulado pelo art.º 75 da Lei n.º 73/2013, são as seguintes:

Nome	Sede	% Part.	Capital Próprio	Responsáveis	Sistema de Contab. aplicável	N.º Trab.
Município de Oeiras	Largo Marquês de Pombal 2784-501 Oeiras		544.995.128,32	Presidente: Isaltino Morais Vice-Presidente: Francisco Rocha Gonçalves Vereadores: Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Ângelo Pereira, Heloísa Apolónia	POCAL	2.393
SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Saneamento de Oeiras e Amadora, E.I.M.	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 19, Urb. Moinho das Antas 2784-541 Oeiras	50%	160.560.310,21	Presidente: Carla Tavares Vogal: Isaltino Morais Vogal: José Agostinho Marques	POCAL	411
Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Socioculturais e Desportivos, E.E.M.	Piscina Oceânica de Oeiras Estrada Marginal - Praia da Torre 2780-267 Oeiras	100%	988.438,98	Presidente: Rafael Salgueiro Vogal: José Manuel Pereira Vogal: Natércia Pina	SNC	66
Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras, E.E.M.	Av. das Tulipas, n.º 6, Piso 10 D/E Miraflores 1495-161 Algés	100%	4.328.514,20	Presidente: Armindo Azevedo Administradora: Albertina Guedes Administrador: José Manuel Constantino	SNC	51
Municipia, SA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., SA	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva Edifício Ciência II, 11 - 3.º B Taguspark 2740-120 Porto Salvo	57%	3.336.854,90	Presidente: Luís Miguel Gavinhos Administrador: Fernando Nascimento Trigo Administrador: João Brito da Silva	SNC	31

Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Uma vez que existem diferentes referenciais contabilísticos no Grupo de entidades que integram o perímetro do MO, procedeu-se à harmonização da informação proveniente das várias entidades, através das necessárias reclassificações e ajustamentos, imputando uma maior consistência na informação relatada.

Neste cenário, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no conjunto de princípios contabilísticos, aplicados pela entidade consolidante, e devidamente perpetuados no disposto na portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, no que concerne à relevância e materialidade, à fiabilidade, à neutralidade, à plenitude, à comparabilidade espacial e temporal e à representação fidedigna da informação nelas contidas.

Atendendo ao exposto, ressalva-se que as demonstrações financeiras aqui apresentadas, referente ao grupo consolidado, refletem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados obtidos.

Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Com o intuito de corresponder ao referido no ponto anterior, foram diligenciados os movimentos extra contabilísticos, nomeadamente ao nível de eliminações da participação financeira, de transações recíprocas entre as entidades que integram o perímetro de consolidação e, dos saldos entre as mesmas.

Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

Código das Contas	Designação das contas a)	Endividamento Líquido b)					Eliminação de créditos/dívidas recíprocas	Grupo público consolidado
		CMO	SIMAS	OV	PT	Municipia		
2312	Empréstimos de Longo Prazo	13.478.611				26.535	13.505.146	13.505.146
221	Fornecedores c/c M/L prazo							
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	4.414.167					4.414.167	4.414.167
262+263+267+268	Outros Credores	3.198.921					3.198.921	3.198.921
Total		21.091.699	0	0	0	26.535	21.118.235	21.118.235

Ano: 2017

a) A desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros-médio e longo prazos

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

Dívidas a terceiros apresentados no balanço consolidado que se vendem nos 4 anos seguintes à data do balanço

Classificação	CMO	SIMAS	Oeiras Viva	Parques Tejo	Município	Eliminação de valores relacionados	Total
Empréstimos de m/l prazo	13.478.611				26.535		13.505.146
Fornecedores de imobilizado m/l prazo	4.414.167						4.414.167
Fornecedores c/c m/l prazo							0
Outros Credores m/l prazo	3.198.921						3.198.921
Subtotal	21.091.699	0	0	0	26.535		21.118.235
Empréstimos de curto prazo	2.410.214				93.896		2.504.110
Fornecedores c/c	2.052.936	698.287	130.535	83.825	549.529	38.152	3.476.960
Fornecedores c/c - depósitos de garantia		24.010					24.010
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	502.502	62.675					565.176
Clientes com cauções	261.431						261.431
Adiantamentos de clientes, cont. e utentes		769.608					769.608
Fornecedores de imobilizado c/c	5.867.736	6.872		91.328			5.965.936
Fornec de imobilizado c/c - depósitos de garantia		505.293					505.293
Credores de Factoring	7.478						7.478
Estado e outros entes públicos	25.444	34.053	87.192	63.854	43.101		253.643
Administração autárquica	5.454	2.997.460					3.002.914
Outros Credores	5.377.266	4.155	4.950	5.036	457		5.391.863
Subtotal	16.510.461	5.102.413	222.677	244.042	686.982		22.728.422
Total	37.602.160	5.102.413	222.677	244.042	713.517	38.152	43.846.657

Informações relativas a Saldos e Fluxos Financeiros

O Mapa de Fluxos de Caixa, reflete o volume global de recebimentos e de pagamentos ocorridos nas entidades do grupo autárquico, influenciando a sua tesouraria. A diferença entre o total dos recebimentos e dos pagamentos transita para a gerência do exercício seguinte.

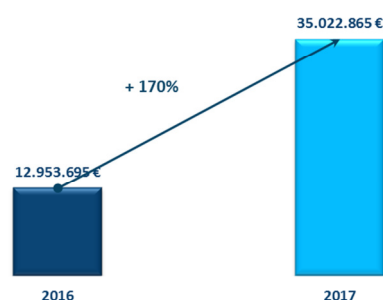
Saldo da gerência anterior	a)	68.184.580
Recebimentos	b)	209.628.285
Pagamentos	c)	174.605.420
Saldo para a gerência seguinte	e) = a) + b) - c)	103.207.446
Fluxo Líquido do ano	b) - c)	35.022.865

O saldo que transitou da gerência anterior foi superior a 68 milhões de euros. Em 2017, o fluxo líquido foi de 35 milhões de euros significando um aumento superior a 51%. Assim, o saldo da gerência que transita para 2018 é de mais de 103 milhões de euros.

O saldo entre recebimentos e pagamentos do ano cresceu 170% significando um aumento de mais de 22 milhões de euros, face a 2016, que transita para a gerência seguinte. Por cada unidade

monetária que o grupo consolidado recebeu, apenas pagou 83%, ou seja, 83 cêntimos, pelo que a cada euro recebido, cerca de 17 cêntimos ficaram em forma de disponibilidades no grupo autárquico.

Fluxo Líquido



Informações relativas a compromissos

Os compromissos para exercícios futuros, assumidos pelo Grupo Autárquico, relativos à entidade consolidante, encontram-se representados na sua totalidade no balanço consolidado.

Informações relativas a políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os critérios valorimétricos vertidos no Ponto 4 do POCAL.

As entidades que integram o perímetro de consolidação converteram os seus critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo autárquico, garantindo assim a homogeneização da informação apresentada.

Imobilizações

As imobilizações corpóreas, incorpóreas e os bens de domínio público, do grupo autárquico, encontram-se reconhecidos ao valor do custo de aquisição ou de produção.

No que concerne ao imobilizado em curso, encontra-se valorizado de acordo com o grau de execução financeira das obras e trabalhos específicos.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, ou linha reta, com referência ao ano em que os bens foram colocados para utilização, praticando as taxas máximas legalmente fixadas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, conforme o disposto no POCAL.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em partes de capital noutras entidades encontram-se registados, ao nível da contabilidade, pelo seu custo de aquisição.

Existências

As existências encontram-se registadas contabilisticamente ao custo de aquisição.

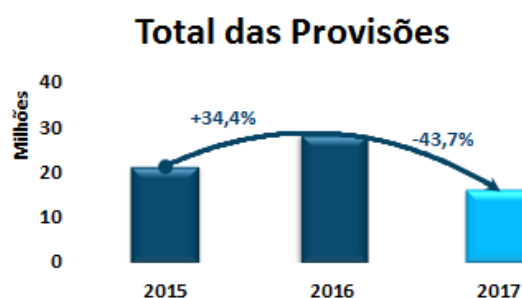
Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros estão registadas pelos montantes constantes nos documentos que as titulam.

Provisões

O valor das provisões reconhecidas pelo grupo de consolidação encontra-se registado em conformidade com as regras emanadas no POCAL, tendo sido calculadas com base no princípio da prudência.

Neste contexto, o valor das provisões reconhecidas no grupo autárquico, a 31 de dezembro de 2017, encontrava-se muito próximo dos 16 milhões de euros, representando



uma diminuição em termos absolutos de quase 12,5 milhões de euros. Esta diminuição representa um valor inferior de quase 44% face ao período homólogo.

	2015	2016	2017
Total das Provisões	21.152.135	28.429.621	15.994.783

Disponibilidades

As disponibilidades de depósitos em instituições financeiras e caixa refletem os montantes relativos a meios de pagamento e aos saldos de todas as contas de depósito, estando os mesmos expressos em euros.

Informações Diversas

Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões

No que respeita às rúbricas dos bens registados no imobilizado do grupo autárquico, mais concretamente as relativas ao ativo bruto e às amortizações, no final de 2017, apresentam os valores constantes nos quadros seguintes:

Ativo Bruto

Designação	31-12-2016 Aprovado	Aumentos	Diminuições	Regularizações	31-12-2017
Bens de Domínio Público					
451 - Terrenos e Recursos Naturais	5.245.044	164.995			5.410.039
452 - Edifícios	4.779.518				4.779.518
453 - Outras Construções e Infraestruturas	64.034.891			28.430	64.063.321
455 - Bens do Património histórico, artístico e cultural	4.683.961	26.240			4.710.201
459 - Outros bens do domínio público	5.255.676				5.255.676
445 - Imobilizado em curso	21.643.209	1.552.732		-46.311	23.149.630
446 - Adiantamentos por conta de bens de domínio público					
Subtotal	105.642.299	1.743.967	0	-17.881	107.368.385
Imobilizado Incorpóreo					
431 - Despesas de Instalação	1.501.622				1.501.622
432 - Estudos e Projetos de desenvolvimento - Comum	1.397.591				1.397.591
433 - Propriedade Industrial e Outros Direitos	1.890.732	4.900		11.837	1.907.469
434 - Imobilizado em Curso					
Subtotal	4.789.945	4.900	0	11.837	4.806.682
Imobilizações Corpóreas					
421 - Terrenos e recursos naturais	120.779.883	2.154.561	1.417.039	330.729	121.848.134
422 - Edifícios e Outras Construções	407.949.021	585.858	197.407	7.538.254	415.875.725
423 - Equipamento básico	28.024.194	1.304.556	3.684.701	-38.995	25.605.053
424 - Equipamento de transporte	8.656.955	884.702	208.670	51.780	9.384.766
425 - Ferramentas e utensílios	1.012.171	94.045	10.814	-488	1.094.914
426 - Equipamento administrativo	20.853.892	611.037	126.288	46.548	21.385.189
427 - Taras e vasilhames	204.034				204.034
429 - Outras Imobilizações corpóreas	11.839.197	452.969		10.175	12.302.341
442 - Imobilizado em curso	23.806.026	4.174.571		-10.527.017	17.453.581
448 - Adiantamentos por conta de imobil. corpóreas	22.611	3.400			26.011
Subtotal	623.147.984	10.265.699	5.644.920	-2.589.014	625.179.749
Investimentos Financeiros					
4111- Associações de municípios	5.052.035				5.052.035
4112- Empresas Municipais e Intermunicipais	3.753.571		841.846	-2.761.738	149.987
4113- Empresas privadas ou cooperativas	5.967.106	2.439.511			8.406.617
4114- Outras Entidades					0
4122- Fundo de Apoio Municipal - FAM	5.430.542				5.430.542
4151- Outras aplicações financeiras	4.364	861			5.224
Subtotal	20.207.618	2.440.372	841.846	-2.761.738	19.044.406
Total Imobilizado Bruto	753.787.847	14.454.938	6.486.766	-5.356.796	756.399.222

Amortizações e Provisões

Designação	31-12-2016	Aumentos	Diminuições	Regularizações	31-12-2017
De Bens de Domínio Público					
4852 - Edifícios	856.044	79.249			935.293
4853 - Outras Construções e Infraestruturas	21.589.715	3.056.204			24.645.919
4855 - Bens do Património histórico, artístico e cultural	108.616	7.175			115.791
4859 - Outros bens do domínio público	16.518	1.180			17.698
Subtotal	22.570.894	3.143.807	0	0	25.714.701
De Imobilizações Incorporáveis					
4831 - Despesas de instalação	1.481.097	16.830			1.497.926
4832 - Estudos Projetos de desenvolvimento - Comum	1.365.431	12.422			1.377.853
4833 - Propriedade Industrial e Outros Direitos	1.430.241	80.956			1.511.197
Subtotal	4.276.769	110.207	0	0	4.386.976
De Imobilizações Corpóreas					
4821 - Terrenos e recursos naturais					0
4822 - Edifícios e Outras Construções	91.977.429	6.752.090		-164.757	98.564.762
4823 - Equipamento básico	22.361.961	1.095.035	3.369.731	-40.350	20.046.916
4824 - Equipamento de transporte	6.246.230	520.232	42.994	-132.876	6.590.591
4825 - Ferramentas e utensílios	894.163	42.117		-10.814	925.466
4826 - Equipamento administrativo	18.287.530	458.762	73.376	-49.453	18.623.464
4827 - Taras e vasilhame	204.034				204.034
4829 - Outras Imobilizações corpóreas	8.808.800	376.119			9.184.919
442 - Imobilizado em curso					0
Subtotal	148.780.147	9.244.356	3.486.100	-398.250	154.140.153
De Investimentos Financeiros					
491 - Partes de capital	894.084			-841.834	52.250
Subtotal	894.084	0	0	-841.834	52.250
Total das amortizações e Provisões	176.521.893	12.498.371	3.486.100	-1.240.084	184.294.080

Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão

O grupo autárquico detinha a 31 de dezembro de 2017 as seguintes garantias prestadas a terceiros:

Entidades	Ano: 2017		Total
	Garantias bancárias	Outras	
CMO			0
Instituto Biblioteca Nacional Livro	49.880		49.880
IHRU Instituto H R Urbana, IP	18.988		18.988
Brisa Autoestradas de Portugal, S.A.	179.567		179.567
Petrogal Petróleos de Portugal	5.986		5.986
Instituto Biblioteca Nacional Livro	32.971		32.971
Tribunal Judicial Comarca Oeiras	249.399		249.399
Infraestruturas de Portugal, S.A.	5.250		5.250
Subtotal	542.040		542.040
SIMAS			
Caixa Geral de Depósitos, SA	42.233		42.233
Caixa Económica Montepio Geral	15.250		15.250
Subtotal	57.483		57.483
Oeiras Viva			
DGCI	114.416		114.416
DGCI	140.000		140.000
Subtotal	254.416		254.416
Total	853.938		853.938

Repartição do Valor Líquido das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades

Rubricas	Ano: 2017		Ano: 2016		Total 2016
	Mercado Interno 2017	Mercado Externo 2017	Mercado Interno 2016 Aprobado	Mercado Externo 2016 Aprobado	
Vendas de Marcadorias	179.708		171.614		171.614
Vendas de produtos	8.547.759		8.435.513		8.435.513
Vendas de serviços	34.323.340	2.062.301	35.113.949	694.864	35.808.813
Total	43.050.807	2.062.301	43.721.076	694.864	44.415.940

(Unidade: Euro)

Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial

Ano: 2017
(Unidade: Euro)

Designação	CMO	SIMAS	Oeiras Viva	Parques Tejo	Município	Total 2017
Órgãos Autárquicos	416.698					416.698
Órgãos Sociais			52.729	49.056	53.943	155.728
Órgãos de fiscalização	20.000	4.950	8.400	9.800	7.800	50.950
Total	436.698	4.950	61.129	58.856	61.743	623.376

Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros Suportados	1.044.328,5	1.500.615	781	Juros Obtidos	446.530,3	451.656
682	Perdas em entidades Participadas	12,8	193.061	782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis			783	Rendimentos de imóveis	1.587.698,6	1.049.026
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital	4.394,0	4.870
685	Diferenças de câmbios desfavoráveis	37.950,1	61	785	Diferenças de câmbios favoráveis	68,3	0
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	94.527,8	77.301	786	Descontos de pronto pagamento obtidos		0
688	Outros Custo e perdas financeiros	1.176.819,1	1.771.038	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
68	Custos Financeiros	1.176.819,1	1.771.038	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		0
		858.664,4	-267.075,7	789	Reembolsos Interface	-3.207,7	-1.589
	Resultados Financeiros				Proveitos Financeiros	2.035.483,5	1.503.962,3

Ano: 2017

(Unidade: Euro)

Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Ano: 2017
(Unidade: Euro)

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
691	Transf. De Capital concedidas	3.015.804	1.220.672	791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis	185.068	8.146	792	Recuperação de dívida	8.866	29.604
693	Perdas em Existências	316.305	2.376.021	793	Ganhos em existências	233.829	2.192.826
694	Perdas em Imobilizações	1.558.013	2.984.707	794	Ganhos em imobilizações	610.798	728.681
695	Multas e penalidades	6.631	5.952	795	Benefícios de penalidades contratuais	299.982	2.347.788
696	Aumentos de amortizações e de provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões	11.948.845	5.630.530
697	Correções relativas a exercícios anteriores	260.002	244.043	797	Correções relativas a exercícios anteriores	144.033	258.573
697	Outros custos e perdas extraordinárias	42.153	627.096	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	404.228	1.197.692
	Custos Extraordinários	5.383.975	7.466.635	799	Reembolsos Interface	-12.439	-1.175
	Resultados Extraordinários	8.254.166,6	4.917.883,6		Proveitos Extraordinários	13.638.142	12.384.519

Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício

O valor das provisões constituídas pelo grupo autárquico no exercício de 2017 é de praticamente 16 milhões de euros, e conforme referido anteriormente, apresentam uma diminuição face ao exercício anterior de 44%. Esta redução tem suporte fundamentalmente na passagem do processo judicial referente à OeirasExpo de alto para médio grau de probabilidade de ocorrência, ainda assim, envolvendo um valor de cerca de 15 milhões de euros. Mais uma vez, atendendo ao princípio da prudência, dado que a resolução do referido processo é apenas uma questão de tempo e acordo entre as partes, tendo sido considerada uma provisão que resulta da diferença entre o valor dos Ativos Fixos Tangíveis da OeirasExpo (15.006.990 €) e que estão devidamente identificados no respetivo balanço e o montante a pagar a título indemnizatório (15.950.526 €), identificado nas responsabilidades

Designação	31-12-2016 Aprovado	Regularizações	Aumento	Redução	Utilizações	31-12-2017
291- Provisões para cobranças duvidosas	14.387.931		68.797	1.028.177	878.400	12.550.151
Subtotal	14.387.931		68.797	1.028.177	878.400	12.550.151
292- Provisões para riscos e encargos						
2921-Processos judiciais em curso	11.151.972		1.137.309	10.624.050		1.665.231
2924-Participações nos resultados	148.524		8.214	132.415		24.323
2928-Outros riscos e encargos	1.674.685			74.464		1.600.221
2929-Utentes						
Subtotal	12.975.181		1.145.523	10.830.929	0	3.289.775
298- outras provisões						
Subtotal						
39- depreciação de existências	205.137			102.531		102.606
Subtotal	205.137			102.531		102.606
49-Provisão para Investimentos Financeiros	894.084			841.834		52.250
Subtotal	894.084			841.834		52.250
Total	28.462.333		1.214.321	12.803.471	878.400	15.994.783

contingentes.

No que respeita às contas de provisões importa destacar o seguinte:

- O valor apresentado na rubrica de cobranças duvidosas é utilizado de modo a fazer face ao risco de incumprimento por parte de devedores. A diminuição espelhada de mais de 1,8 milhões de euros assenta na descida dos valores desta rubrica em todas as entidades do grupo, com exceção da entidade Parques Tejo que manteve o seu valor.
- O apuramento das provisões constituídas para processos judiciais em curso contempla os valores relativos a todos os

processos judiciais com elevado risco de execução a curto prazo. A redução de 85% deste montante face ao ano anterior prende-se sobretudo pela diminuição da provisão constituída para o processo judicial com a Oeiras Expo.

- No exercício de 2017 procedeu-se à redução parcial das provisões constituídas em 2015 e 2016 para a AMTRES, por resultarem das mesmas circunstâncias apresentadas para 2014, e segundo o teor da Proposta de Deliberação n.º 566/2015, o executivo deliberou não se proceder à transferência financeira para equilíbrio dos resultados líquidos negativos referentes àquele ano, uma vez que estes se ficaram a dever, sobretudo, a amortizações do exercício, conforme consta do Relatório e Conta de Gerência da entidade.
- As provisões constituídas para investimentos financeiros, são criadas para acautelar perdas, com base nas diferenças entre os custos de aquisição de partes de capital e/ou outras aplicações financeiras e o respetivo valor atual dos capitais próprios.

Mantem-se provisionado a perda do investimento na Oeiras Expo, no valor de 49.000 € e ainda para o investimento no ISQ, no montante de 3.250€, que resulta da diferença entre o valor da participação de 8.250 €, deduzido do montante expectável da venda da nossa participação no montante de 5.000 €, conforme consta das PD's 210 de 2012, 466 e 998 de 2013.

Neste exercício procedeu-se à redução da provisão constituída para a Habitágua decorrente do encerramento da empresa em 2017. Processo idêntico ocorreu com o LEMO, pelo que foi reduzido o valor da provisão existente para perda de capital em 648.773 €.

Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos

Encargos com Cr' de Leasing + ALD		Amortização	Juros + outros encargos
Minicícia	Aquisição de máquina digital DMC	92.830	4.273
	BMW FS	6.953	
Parques Tejo	Leaseplan	26.645	
	Renault BF	1.351	
	Finlog	12.225	
Total		140.004	4.273

Encerramento



Os presentes DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS da gerência do ano financeiro de 2017, que contêm 61 páginas que antecedem e incluem a atual, estão devidamente numeradas, e são levadas a Reunião de Câmara para aprovação e subsequentemente submetidas à Assembleia Municipal para apreciação e votação, nos termos dos artigos 27.º, n.º 2 e 33.º, n.º 1, alínea i), ambos do RJAL.

Orgão executivo
Em ... de de
.....

Orgão deliberativo
Em ... de de
.....

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Largo Marquês de Pombal
2784-501 Oeiras
PORTUGAL

TEL. GERAL: 214.408.300

FAX. 214.418.712

email. municipio.oeiras@cm-oeiras.pt

www.cm-oeiras.pt

www.facebook.com/MunicipiodeOeiras

<http://twitter.com/MunicipioOeiras>

<http://issuu.com/municipiodeoeiras>

www.youtube.com/MUNICIPIODEOEIRAS

GPS: Lat 38.41'34.44"N | Long. 9°18'52.54"O

RELATÓRIO DE CONTAS CONSOLIDADAS